

“EXPOSIÇÃO AOS CREDORES”: A ESCRITA COMO REDENÇÃO

Rafael Rodrigo Ruela Souza¹

Foi confinado em sua fazenda Atalaia, em Sapopemba, que Irineu Evangelista de Souza, em meados do ano de 1878, consternado pela dor da falência, empreendeu sua mais duradoura obra. Escrita em pouco mais de duas semanas, a *Exposição do Visconde de Mauá aos credores de Mauá & Cia. e ao público*, com suas 180 páginas originais, destinava-se a um fim duplo e interligado: dar as satisfações que o Visconde considerava necessárias aos seus credores e impedir que o seu nome - a sua dignidade moral e social - viesse a se perder, assim como naufragavam as suas realizações industriais e financeiras.

Aos que leram *A ética protestante e o espírito do capitalismo* de Max Weber, a importância do “bom nome na praça” para a captação de crédito no mercado não é desconhecida. Assim é a moral burguesa de um homem acostumado a levar a frente empreendimentos, com o suporte de capitais alheios, que aflora naquelas linhas sofridas. Em suma, uma prestação de contas aos credores e ao público, eis o que esteve na base daquele escrito (e o próprio título patenteia)².

A *Exposição aos credores*, contudo, não se resume a isso: não foi ela uma simples prestação de contas, estimulada pelas pressões próprias a uma economia que se ia monetarizando e habituando ao crédito. Produzida por um homem já em idade avançada - lembremo-nos que, em 1878, o Visconde de Mauá tinha 65 anos incompletos e apenas mais 11 pela frente -, a obra teve também uma motivação existencial, “*an inner need*”, nos termos de Martyn Lyons.

“Na idade avançada em que me acho, em presença do acontecimento que motiva esta exposição [refere-se à sua falência], realizado pelo modo por que foi resolvido [Mauá queixa-se por não ter-lhe sido concedido um prazo maior para saldar suas dívidas], não posso ter outro objeto em vista senão salvar do naufrágio aquilo que para mim vale mais do que quanto ouro tem sido extraído das minas da Califórnia - um nome puro, pois persisto em acreditar que o infortúnio não é um crime.”³

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista FAPEMIG. E-Mail: <rafaelhistoria@hotmail.com>.

² Note-se que o termo *autobiografia* só passou a designar a obra quando de sua primeira reedição, em 1942, pela Livraria Editora Zelio Valverde.

³ MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza, Visconde de. *Autobiografia: Exposição aos credores e ao público seguida de O meio circulante no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943, p. 97-98, grifos do autor. Em todas as citações da *Exposição aos credores* em que houver grifos, estes são do próprio Mauá - que tinha o hábito de grafar com maiúsculas ou sublinhar as palavras mais importantes e fortes de seus escritos.

Abatido e transtornado pelo evento mais trágico de sua vida pública, foi que o visconde de Mauá viu a necessidade e, dessa percepção, retirou forças para empreender uma reflexão global sobre sua existência. E, em geral, é assim mesmo - isto é, após um acontecimento positiva ou negativamente marcante - que as pessoas resolvem escrever sua autobiografia. A *Exposição aos credores* também se insere nesse tipo de *littérature personnelle*: “não é um desabafo [confessa ele], é um gemido que esta exposição encerra, e o gemer é privilégio de quem sofre (...)”⁴. Ao narrar sua própria história, Mauá acertava as contas com os credores, com o público, mas (sobretudo e primeiramente) consigo próprio.

Em um mundo (e refiro-me, em especial, ao Ocidente), onde a idéia de indivíduo e o relevo dado ao que é próprio de cada um ganharam importância jamais vistas em outros tempos, a *produção de si* - e, dentro dela, a produção autobiográfica - passou a desempenhar papel fundamental. É como formadora, constituinte e, mesmo, cúmplice de uma imagem pessoal, em um contexto social marcado por indefinições identitárias, que o gênero encontrou sua razão de ser, sobretudo, a partir do século XIX.

Escrita naquela centúria, a *Exposição aos credores* da Casa Mauá teve, como vimos, caráter autobiográfico. Nela, Irineu Evangelista de Souza analisa o trajeto, por ele percorrido, em seus 32 anos de vida pública. Começando pelo estabelecimento fabril da Ponta da Areia, passando por diversos outros empreendimentos urbanos e também rurais, e indo até sua participação na construção de inúmeras ferrovias e na implantação de casas bancárias no Brasil e no exterior, Mauá procedeu a um balanço de sua carreira industrial e financeira. Ao longo desse escrupuloso exame, contudo, e, como não poderia faltar em obra do gênero, deparamo-nos com a emergência de uma individualidade. E será, justamente, para ela que voltaremos nossa atenção.

Entendemos as narrativas autobiográficas como uma fonte privilegiada para a percepção do sistema de idéias de uma época, na medida em que nestes escritos é comum encontrarmos, aliada à história de um “eu”, a história dos valores, das crenças e dos projetos que teriam dirigido a vida do protagonista e dos quais ele se vê, muitas vezes, como o representante-mor⁵. Estudando o relato autobiográfico do visconde foi, exatamente, isso que percebemos, daí nossa intenção principal neste texto ser esclarecer a importância política da obra no contexto dos debates reformistas que marcaram as duas últimas décadas do Império.

A representação que desponta das originais 180 páginas da *Exposição aos credores* publicada pela Tipografia Villeneuve & Cia. é a de um patriota, inteiramente, dedicado ao desenvolvimento industrial de seu país. Em síntese, é a história dessa personalidade nacionalista e modernizante que encontramos na *Exposição* - e, isso, desde o princípio.

⁴ MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 292.

⁵ SAYRE, Robert F. *Autobiography and the making of America*. In: OLNEY, James (ed.). *Autobiography: essays theoretical and critical*. Princeton: Princeton University Press, 1980, p. 146-168.

Mauá enceta a *Exposição aos credores* com uma introdução, deveras, preciosa para nossos propósitos. Nela há uma espécie de relato de uma experiência de conversão. Como aponta Martyn Lyons, a autobiografia espiritual foi um modelo de narrativa corrente entre as autobiografias inglesas da primeira metade do século XIX. Tal padrão, geralmente, pensado como proveniente das *Confissões* de Santo Agostinho, teve como paradigma o clássico *O Peregrino* de John Bunyan. Trata-se de uma autobiografia centrada na jornada da alma perdida rumo à salvação; é uma espécie de *odisséia espiritual*, na qual o indigno pecador - após um período de acentuada prostração e abatimento, fruto do pecado - acaba, de repente, ao encontrar com Deus, caindo em si e convertendo-se do seu mau caminho: entenda-se, regenerando-se e tornando-se uma *nova criatura*, na linguagem bíblica. Foi, sobretudo, sob a inspiração desse tipo de texto que os ingleses - inclusive, os operários escritores - dos primeiros quartéis do século XIX encontraram a forma ideal para exprimir o relato de suas vidas.

Mauá, seguindo a tendência dos tempos, doravante cada vez mais laicos e profanos, centrou-se no desenvolvimento secular e não espiritual de sua personalidade. Será essa tendência, mais científica e positivista, que dominará as autobiografias européias da segunda metade do século XIX, como também indica Lyons⁶. Vemos isso no tipo de conversão relatada por Mauá: trata-se esta da decisão por ele tomada, em 1846, de “engolfar-[se] em outra esfera de atividade”⁷. O comerciante deixava o ramo, no qual fizera prodigiosa fortuna, para adentrar o terreno pantanoso e movediço da grande indústria e do mundo financeiro da época. É ele mesmo quem nos diz:

“Na primavera da vida havia eu já adquirido, por meio de infatigável e honesto labor, uma fortuna que me assegurava a mais completa independência.

(...)

Bastaram vinte anos de atividade sem repouso, além do preciso para recuperar a perda de forças, que o lidar contínuo, acompanhado da necessária meditação, opera no organismo que suporta a pressão dessas lides, para assegurar-me uma renda superior a 50 contos anualmente

(...).

(...)

*Travou-se em meu espírito, nesse momento, uma luta vivaz entre o EGOÍSMO, que em maior ou menor dose habita o coração humano, e as idéias generosas que em grau elevado me arrastavam a outros destinos, sendo a idéia de vir a possuir uma GRANDE fortuna, questão secundária em meu espírito, posso dizê-lo afoitamente, com a mão na consciência e os olhos em Deus.”*⁸

⁶ Sobre o assunto conferir: LYONS, Martyn. La culture littéraire des travailleurs: autobiographies ouvrières dans l'Europe du XIX^{ème} siècle. *Annales HSS*, juil.-oct., 2001, n. 4-5, p. 927-946.

⁷ MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 96.

⁸ MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 95-96.

Tais “*idéias generosas*” a o arrastarem a outros destinos referiam-se, como fica explícito no texto, às suas propostas para a industrialização do país, via o instrumento dinâmico do crédito. Mauá, como é sabido, via no aproveitamento dos capitais então disponíveis no mercado financeiro brasileiro após o fim do tráfico negreiro, o grande propulsor dos empreendimentos fabris que pretendia levar a cabo no solo pátrio. A conversão acima narrada foi escrita, portanto, na intenção de mostrar a disposição do ainda Irineu Evangelista de Souza de deixar a vida afortunada e tranqüila de comerciante bem-sucedido para iniciar uma carreira “(...) *sem exemplo em nossa terra, e mui rara em outros países* (...)”⁹. É uma espécie de confissão; revelação que tenciona marcar temporalmente o início de uma nova vida, verdadeiramente, ou, antes, ativamente, patriótica e industrializante. Tal como se observa nas autobiografias espirituais, há também na *Exposição aos credores* uma certa *peregrinatio*. A alma aflita, após um período de intensos e impetuosos conflitos, acaba elevando-se a paragens mais dignas.

Se, por um lado, a emergência de um Mauá com as características que vimos acima dá-se num repente (o relato da conversão patriótica), por outro, a montagem textual capaz de manter de pé essa representação desenvolver-se-á com mais vagar e, apenas, ao longo das páginas da autobiografia. Uma das bases dessa montagem é a tópica do martírio. Sua importância patenteia-se no fato de que é, junto com outro *topos*, o da solidão, que Mauá produzirá o efeito capaz de dar vida à sua auto-imagem. Ou seja, o que estamos tentando dizer é que foi, justamente, concebendo sua identidade pessoal (de mártir e solitário) em oposição à representação dos “outros” (carrascos e que o não acompanharam), que o visconde teria dado o chamado “pulo do gato”, definindo não só o seu lugar, como também o espaço simbólico da imensa maioria (e, quiçá, da totalidade) de sua geração.

Começaremos pela tópica da solidão, uma vez que será ela a responsável por dar cores à tópica do martírio. O Mauá que aparece na *Exposição aos credores* é um personagem singular, quase que absolutamente distinto de todos os homens de sua época. Seu espírito empreendedor; seu desejo de aprimorar a livre iniciativa e dinamizar a economia nacional por meio dela; seus pensamentos a respeito da urgência, bem como, da função estratégica da implantação de ferrovias e outros meios de transporte no país; seu arrojo empresarial e financeiro; enfim, tudo aquilo que caracterizaria sua individualidade é apresentado, na imensa maioria das vezes, em contraste fatal com a geração que lhe foi contemporânea. Não é raro, pois, vê-lo sozinho iniciar e levar a cabo os inúmeros grandes empreendimentos relatados na autobiografia, tais como no excerto abaixo.

“No estado de descrença em que se encontravam os ânimos, a respeito da introdução das vias férreas ainda em 1850, foi ousadia empreender a construção da sua primeira, embora pequena estrada; procurar obter uma garantia de juros geral ou provincial era simplesmente inútil nessa época; vencer, porém, as resistências, era a meu ver indispensável, e

⁹ MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 96.

um ponto de amostra [refere-se a E. F. de Petrópolis] do melhoramento me pareceu o meio mais adequado.”¹⁰

Na falta de associados - “Não encontrei um só!¹¹”, lamenta-se em reiterados momentos do texto -, Mauá aparece quase que como o único responsável pelo progresso material do país, o único a “arrostar os preconceitos”¹²: uma *persona* só, que muito nos diz da forma como o visconde se via e desejava que os outros o vissem. Como diz Maria Alice Rezende de Carvalho, em sua biografia de André Rebouças feita a partir da análise crítica dos escritos de si do engenheiro, o *topos* da solidão constituía-se (em sua obra, a qual tem muitos pontos de contato com a do visconde, guardadas as ressalvas) ao mesmo tempo em “expressão exaltada do individualismo” e “avaliação negativa do establishment brasileiro”¹³.

Ao demarcar textualmente a singularidade de sua pessoa, bem como, a de suas propostas e projetos para o país, o que o visconde fazia era, na verdade, chamar a atenção dos leitores para os conflitos por ele tidos com os homens - em especial, com os políticos - de sua época. Isso era fundamental na composição da trama abordando a história da sua personalidade. O problema é que alguém tão diferente assim não poderia ser bem-aceito. E é esta conclusão óbvia que nos transporta para a tópica complementar, já antes referida - a do martírio.

Nesse *topos* resultante, o Mauá que encontramos é um homem sofrido que se sacrifica por uma causa: a modernização material de seu país. Incompreendido por todos e perseguido de todos os lados, seu fim não poderia ser outro. Ainda que esforçando-se de todas as formas e empregando o conjunto de suas energias, Mauá foi incapaz de “vencer as resistências”¹⁴. Como se diz, uma andorinha só não faz verão. Estava cercado por uma multidão de adversários: pessoas que invejavam-lhe o sucesso e, por isso, moviam-lhe uma guerra constante; homens medíocres, inábeis para apreender o sentido *transcendente* (como gostava de dizer) de sua obra; políticos, enfim, acomodados e burocráticos, tão somente desejosos de desfrutar sua posição e ver o país permanecer na mesma marcha incerta e vagarosa.

“São passados vinte e um anos depois que a primeira locomotiva correndo velozmente de Mauá à raiz da serra de Petrópolis, rompeu com o passado em matéria de viação e apontou-nos o caminho do progresso. (...) Já então começava uma guerra surda contra todos os modestos esforços que eu empregava para auxiliar a marcha de progresso real do meu país nos seus primeiros passos vacilantes.”¹⁵

¹⁰ MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 123.

¹¹ MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 108.

¹² MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 124.

¹³ CARVALHO, Maria Alice Rezende de Carvalho. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ-UCAM, 1998, p. 123.

¹⁴ MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 124.

¹⁵ MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 199.

O tema da solidão, conjugado ao da perseguição, que o eleva a estatura de mártir, está presente em diversos momentos do texto, o que nos faz enxergar a importância desempenhada por essa tópica no relato. Os obstáculos encontrados ao longo do caminho atuam como espécies de bordas que contêm e põem em relevo a figura de um homem que por, sozinho, arrostar todas as adversidades de seu tempo, só pode ser, além de mártir, um verdadeiro herói nacional¹⁶.

Tópica da solidão e tópicos resultantes do martírio e do heroísmo, serão elas que permitirão ao visconde (como antes apontamos) ancorar sua identidade em bases sólidas: entenda-se, produzir uma imagem de si, diametralmente contraposta à representação dos “outros”. Como se sabe, o processo de definição de uma identidade tem como fundamento a experiência da alteridade. Dependemos do “outro” ou, antes, de “outros” para fundamentar, por exclusão (ou seja, definindo o que não somos), nossa própria esfera de existência. A questão se coloca - e, aqui, nos serviremos das reflexões de Fabiana de Souza Fredrigo - de que, para constituir sua identidade, uma pessoa, um grupo ou uma sociedade, por exemplo, passam a definir-se contradizendo a imagem do “outro”. Neste caso, trata-se, não apenas de contrapor-se ao “outro”, mas de desmenti-lo e ocultá-lo, retirando da representação alheia parte de sua própria vitalidade¹⁷. Ao apresentar-se como uma excepcionalidade em sua “autobiografia”, a efeito o que o visconde de Mauá fazia - mesmo que inconscientemente - era chamar a atenção do público leitor para si, em detrimento dos “outros” (denegados).

Ao se conceber como herói e mártir nacional a bater-se pelo progresso da pátria, Mauá - tal como também faria André Rebouças - desprezou e não compreendeu os demais atores, com ele atuantes no cenário político de sua época, cujas propostas modernizantes calcavam-se em convicções opostas: diga-se, na ação civilizadora do Estado e não em iniciativas privadas¹⁸. Atitudes de impaciência diante da postura

¹⁶ Ao fazer a análise crítica do Diário e das correspondências de André Rebouças, Maria Alice de Carvalho assim se expressa: “Pode-se dizer, então, que, do ponto de vista da elaboração da sua narrativa autobiográfica, as perseguições de que se dizia vítima seriam a porta de entrada para a demarcação da sua singularidade e para a experiência de um tipo de autonobilitação sugerida pelo heroísmo de se ver lutando, sozinho, contra todos os moinhos do conservadorismo nacional”. CARVALHO, *O quinto século...*, p. 174. Estas considerações são também, perfeitamente, úteis na análise das representações veiculadas pela *Exposição aos credores*.

¹⁷ Fabiana Fredrigo esclarece o quanto, no decorrer de suas trajetórias, sobretudo, no pós-independência, as Américas portuguesa e espanhola constituíram-se identitariamente, a partir do que ela chama de *denegação*. O conceito é de Leandro Karnal, em seu *O Brasil e a América Latina denegada*, e aponta para a prática de incompreensão e, mesmo, de silenciamento do “outro”. “Denegar não é apenas recusar, negar ou não aceitar. Denegar pode significar também desmentir, contradizer. Tal como num jogo de espelhos, as Américas não só se recusavam, mas se contradiziam, se desmentiam, usando a imagem do outro para construir a sua própria imagem e definir identitariamente o que não queriam ser. Nesse processo, assumiam a importância do outro, mesmo quando o silêncio a seu respeito fazia-se presente”. FREDRIGO, Fabiana de Souza. *O Brasil no epistolário de Simón Bolívar: uma análise sobre o descobrimento entre as Américas*. *História Revista*, Goiânia, Universidade Federal de Goiás, v. 8, 2003, p. 90.

¹⁸ Segundo Maria Alice de Carvalho, Rebouças procurava levar a frente seus projetos profissionais atuando como engenheiro e empresário, ao que era acusado (como Mauá) de querer se enriquecer às custas dos interesses públicos. Muito mais que uma oligarquia conservadora e opositora, o que havia era uma luta entre duas formas de se alcançar o progresso. “Ou seja, a polarização (...) se

de um Estado acusado de burocrático e sufocante são comuns nos escritos autobiográficos de ambos estes personagens do Segundo Reinado. Eivadas de sarcasmo, mas também de rancor (caso mais freqüente em Mauá, o que é compreensível), essas frases colocam de imediato, para os leitores, o confronto entre os heróis do progresso e os agentes do conservadorismo.

Desde suas primeiras páginas, Mauá já prepara o cenário no qual se desenrolaria o combate entre ele - o herói do progresso nacional - e o Estado brasileiro - bastião do conservadorismo político. Em se tratando de uma exposição a credores, a estratégia usada é certa: o intuito era explicar a razão do fracasso de seus empreendimentos, ancorando-se (sobretudo) nas ações contrárias de um Estado, ora ausente, ora limitador. Ausente por não prestar os auxílios requeridos pelos particulares na obra de modernização do país¹⁹; limitador por cercear e tolher a livre iniciativa, embaraçando-a com leis e mais leis - especialmente, em matéria financeira, diga-se de passagem²⁰.

Várias de suas empresas, segundo Mauá, não teriam ido à frente por conta das atitudes nefastas do Estado, o qual é apontado como o grande culpado por sua bancarota. É significativo o fato de todas as sete causas levantadas pelo visconde como justificativas para o seu malogro final serem críticas diretas ao Estado brasileiro de seu tempo. Mauá levantou-se contra: o decreto-lei n. 1487 com efeito-retroativo, de 13 de Dezembro de 1854, e já anteriormente referido (nota 20); as leis financeiras do país, cerceadoras do crédito e, mesmo, do capital; as decisões judiciais insensatas, das quais foi vítima (pelo menos, duas vezes); a concorrência que lhe moveu o governo da província de São Paulo, decidindo construir uma estrada de rodagem paralela à ferrovia que ele empreendia; as posições avessas a sua pessoa e a seus interesses tomadas pelo poder imperial em sua política externa com o Uruguai; a avaliação negativa (dirá ele, leviana) feita sobre a situação do Banco Mauá, em uma assembléia geral dos acionistas do Banco do Brasil (na ocasião, 1869, um de seus credores); e, finalmente, o “excesso de juros pagos”²¹. Considerando que o Banco do Brasil era, na época, o principal órgão de execução

prendia, antes, à identificação do lugar de realização do universal: se no Estado centralizado e distributivo, se no Estado interiorizado pelos indivíduos morais. Nesse sentido, enquanto Rebouças criticava a letargia, a ausência de civismo e a insensibilidade para com a noção de público que caracterizariam os engenheiros do Setor de Obras Públicas do Ministério da Agricultura, ele próprio era constantemente acusado de pretender enriquecer à custa da privatização de largos espaços de atuação do Estado”. CARVALHO, O quinto século..., p. 120.

¹⁹ O estabelecimento da Ponta da Areia, por exemplo, enquadra-se neste caso. A falta de pedidos por parte do governo imperial e a alteração das tarifas aduaneiras, nos rumos do antiprotecionismo, foram vistas por Mauá como duas das maiores razões para o fracasso deste seu empreendimento.

²⁰ Este é o caso do Banco Mauá. Na tentativa de “[afastar-se] da tutela do governo” (MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 231), Mauá tentou organizar a instituição bancária que leva o seu nome, estabelecendo-a sob a forma de uma sociedade comanditária. Sofrendo a oposição do governo, o qual (pouco tempo depois de organizada a instituição) expediu um decreto-lei com efeito-retroativo, o Banco teve que ser refundado, agora com base em outros princípios - o que, de acordo com Mauá, além de limitar bastante o raio de ação da instituição, veio a colocá-la menos a salvo das intempéries (as quais vieram e, detalhe, com força).

²¹ MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 289.

da política financeira no país, fica explícita a contundência da crítica à atuação da organização-mor da nação.

Conclusão: o grande contraponto, em face do qual Mauá estabeleceu sua imagem foi o Estado imperial. A *Exposição aos credores* pode ser vista, e é isso que estamos tentando demonstrar, como um verdadeiro libelo contra o Estado vigente em seu tempo: um Estado que, segundo Mauá, cerceava a livre-iniciativa e deixava no desamparo as classes produtivas da nação. Tal é o clamor audível tanto nas reclamações já apreciadas, quanto nas ardentes demandas (propostas, mesmo) de reforma do Estado imperial feitas pelo visconde e das quais trataremos a seguir.

Concorde com suas reprimendas à política do Segundo Reinado, tida por ele como conservadora (posto que adotasse medidas preventivas a atentar contra a liberdade individual e, até, contra os direitos naturais do homem²²), Mauá propugnava um espectro de reformas, nem sempre muito bem condensadas no corpo da *Exposição aos credores*, mas que, de certa maneira, foram reunidas no tópico: *Serviços prestados à agricultura*²³.

*“Nada mais justo, razoável e conveniente à marcha governativa do país, do que a intervenção intercalada na governação do Estado das opiniões políticas que tenham elementos de reconhecida força na organização social adotada. O que, porém, o país tem direito a esperar é que as sumidades intelectuais que simbolizam o pensamento político que aspira ao poder, tenham idéias assentadas sobre os pontos cardeais em referência às necessidades públicas que legitimem essa aspiração, pois a presença do estadista se reconhece nas medidas em que ele empenha seus esforços para alcançar o bem-estar social, que é a missão de todo o bom governo conseguir.”*²⁴

O que está colocado no excerto acima é uma das bases do seu programa de reformas. O princípio nele contido é claro: não só as “*opiniões políticas que [tivessem] elementos de reconhecida força na organização social adotada*” (no caso, as opiniões políticas consoantes aos reclames e interesses do setor agrícola) deveriam ter voz no governo, como (primeiramente) o Estado precisaria ter “*idéias assentadas sobre os pontos cardeais em referência às necessidades públicas*” do país. Sendo tais *necessidades públicas*, como veremos, todas elas de caráter econômico, o que se configura nessa proposta é a constituição de um Estado

²² MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 219, p. 220 e p. 231.

²³ É curioso notar que Mauá deixou para enfeixar suas propostas de reforma do Estado imperial, justamente, quando tratou da agricultura - “(...) *apesar de não ser esse o ramo de atividade a que [se dedicou]*”. MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 226. Aquilo que, num primeiro lance pode parecer espantoso, é (porém), facilmente, explicável. Desejoso de ter um certo distanciamento a fim de conceder maior imparcialidade a suas propostas, o visconde decidiu reunir seus projetos de reforma ao tratar da esfera de negócios em que menos atuou. O efeito intentado é, pois, óbvio: se tais reivindicações fossem aceitas como pertinentes no âmbito específico do agronegócio (“*a fonte de toda a riqueza pública do Brasil*”; MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 215), que dirá da sua adequação política à realidade econômica total do país.

²⁴ MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 216.

comprometido com o progresso material da nação. Aquilo, pois, que Mauá descrevia em sua “autobiografia” como tendo sido sua vocação pessoal, ele transportava para o tipo de Estado que desejava ver surgir.

Analisando, ainda que a galope, quais eram estes *pontos cardeais* destacados por Mauá perceberemos o caráter, eminentemente, econômico do seu projeto de governo ou, dito melhor, do seu ideal de fazer político. A primeira exigência dizia respeito à construção de “*estradas ou vias de comunicação aperfeiçoadas*”. Segundo o visconde, eram elas que iriam incentivar o aumento da produção nacional, já que “*o maior incentivo para quem trabalha, é a certeza de um ou mais mercados onde o excesso da produção de cada indivíduo encontre saída remunerativa ao esforço que emprega para produzir*”²⁵.

O próximo requisito dizia respeito à tão importante questão “ (...) [d]o trabalho ou [d]os braços necessários à produção em maior escala, que cria a riqueza (...)”²⁶. Mauá via na transição, “*em prazo curtíssimo*”, do trabalho escravo para o livre, decretada pela Lei do Ventre Livre, um atentado à economia agrícola, “*já em decadência*”, no país²⁷. “*À mingua de braços*”, a economia primária nacional necessitaria sem demora, segundo ele, de um suplemento estrangeiro de mão de obra.

*“O único meio que parece existir para o fim que se tem em vista é a importação de braços assalariados por contratos de locação de serviços (...); trata-se de uma medida temporária, porém de vida ou de morte. E o Estado, que foi negligente, é quem tem obrigação de prover no começo a essa necessidade indeclinável; mais tarde o interesse particular o fará.”*²⁸

A terceira condição destacada pelo visconde é o capital: “(...) a riqueza, a qual uma vez acumulada, (...) [vem] em auxílio das forças produtivas, [e] faz aparecer elementos de maior atividade tendentes a aumentar a acumulação desejada”²⁹. Para Mauá, “*capital a juro módico*”, “*crédito territorial, juros baratos, é o clamor uníssono do mais legítimo interesse do país, a produção*”. Foi esse, sem dúvida, um de seus mais empedernidos combates em vida e um de seus maiores projetos: possibilitar a expansão das forças produtivas do país; acordar as enormes potencialidades do gigante nacional, mediante a “*ação do crédito*”.

“Dúvidais da eficácia do crédito como instrumento da produção? - diz ele em lances de retórica. Pois realizai o acordo com o Banco do Brasil

²⁵ MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 215.

²⁶ MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 215.

²⁷ Mauá interpretava a crise de 1864, que quebrou vários bancos, como fruto de uma “*crise da lavoura*” e não como consequência de uma desestruturação do setor financeiro do país (“*crise bancária*”), como foi vista na época.

²⁸ MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 218.

²⁹ MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 215.

*amanhã e experimental!*³⁰ *É o gemido de um morto (assassinado) quem vos exorta a fazer o bem do país! Demasiado o sabeis a voz do sepulcro não tem aspirações.*³¹

Antes de passarmos à sua quarta e última condição-base para o desenvolvimento da economia do país, gostaríamos de explorar um ponto já antes mencionado. Trata-se da importância conferida por Mauá à iniciativa privada. Para o visconde, cabia a ela prioritariamente - e não ao Estado - a tarefa de promover a grandeza nacional. Este deveria funcionar apenas como indutor do progresso: contemplando com vistas mais largas o horizonte econômico nacional, cabia ao Estado incentivar a livre iniciativa, captando os rumos mais prósperos e fecundos do mercado internacional, assegurando a atividade dos produtores industriais e agro-pastoris e dando os passos que estivessem além das possibilidades da iniciativa privada (mesmo quando associada). Eis o grito do morto (assassinado):

*“Clama-se que no Brasil tudo se espera do governo e que a iniciativa individual não existe! E como não há de ser assim se tudo quanto se refere à ação do capital, desde que este se aglomera para qualquer fim de utilidade pública ou particular, em que a liberdade das convenções, devia ser o princípio regulador, esbarra-se logo de frente com péssimas leis preventivas, e quando estas não bastam, a intervenção indébita do governo aparece na qualidade de tutor? E o que diremos do crédito, essa alavanca magna da civilização, que tem a missão de desempenhar 95% das transações em que assenta a vida econômica das sociedades modernas? O crédito ou está entregue ao regime do privilégio, ou não existe fora dos limites da força individual em que sua ação é necessariamente fraca, em um país novo, que não tem tido tempo de converter em capital realizado senão uma parte mínima de seus recursos naturais: não pode ele dar um passo entre nós sem encontrar-se com essas leis preventivas, que sufocam a liberdade de ação. O fato, pois, que tanta reprovação encontra, de tudo esperar-se do governo, é consequência necessária do regime legal a que entregaram o país os que têm governado.”*³²

Já vimos seu clamor por um Estado essencialmente voltado para o progresso do país; agora, deparamo-nos com sua defesa de um Estado que (entendido na perspectiva liberal, e o Visconde era um liberal à inglesa) não tomasse para si todas as responsabilidades nacionais. Pelo contrário, que regulamentasse apenas e tão só o básico, deixando para os particulares arcar com sua sobrevivência e para a livre-iniciativa, sobretudo, quando associada, cuidar do aumento da riqueza

³⁰ No afã de criar uma “grande instituição de crédito” e já não podendo fazê-lo por si mesmo, Mauá sugere ao Estado estabelecer um acordo com o Banco do Brasil, pelo qual esta casa, por meio de uma operação financeira com títulos hipotecários da dívida pública do Estado, poderia ampliar enormemente a concessão de crédito, a juros módicos, aos lavradores do país.

³¹ MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 225.

³² MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 219-220.

do país. O motor do progresso econômico nacional deveria se encontrar na própria sociedade; em suma, era este o desejo do visconde. Anseio este que interferia no tipo de Estado por ele defendido: um Estado menos sufocante e cerceador, um Estado liberal, enfim³³.

Finalmente, o quarto pré-requisito necessário ao desenvolvimento do solo pátrio era a “*instrução agrícola*”. Para Mauá, “*é da exclusiva competência do mesmo poder [estatal] atender às exigências do ensino agrícola, que pode influir grandemente na quantidade e qualidade dos produtos do solo, e o dispêndio razoável que esse ensino reclama seria em qualquer tempo despesa produtiva*”³⁴. Aliada à questão da provisão de braços, a instrução profissional vinha a ser também um assunto estratégico e da maior importância. Tratava-se de qualificar a mão de obra, de colocá-la a par das inovações técnicas, em um mundo onde a máquina ganhava espaço crescente. Era este, portanto, um tema grandioso e de urgência, sobretudo, quando pensamos que na década em que o visconde redigiu sua *Exposição*, década de 1870, a campanha abolicionista iniciava sua marcha. Como proceder a transição do trabalho escravo para o livre? Como qualificar o trabalhador nacional, preparando-o para o mundo mecanizado das fábricas; tornando-o hábil (enfim) para dar a sua parcela de contribuição na construção de um país forte, diga-se, economicamente competitivo? Além das três condições anteriormente referidas - vias de comunicação, trabalho e capital -, a instrução profissional era vista, pelo visconde, como um dos quatro *pontos cardeais* a orientar o novo Estado brasileiro que ele queria forjar e, eminentemente, necessários à consecução do seu grande sonho: elevar a nacionalidade brasileira, “*em um futuro não mui distante, à posição que lhe compete no congresso das nações, isto é, o primeiro lugar*”³⁵.

Bem coerente com seus objetivos ou, antes diríamos, com sua proposta ontológica, a *Exposição aos credores* - esta narrativa autobiográfica com cara de prestação de contas; este libelo contra o Estado imperial sob a capa de uma análise de trajetória de vida -, assim termina:

“Só me resta fazer votos para que no meio século, que se segue, encontre o meu país quem se ocupe dos melhoramentos materiais da nossa terra com a mesma fervorosa dedicação e desinteresse (digam o que quiserem os maldizentes) que acompanhou os meus atos durante um período não menos longo (...).

*E oxalá que nas reformas que se apregoam como necessárias ao bem-estar social de nossa pátria, não esqueçam os que se acharem à frente da governação do Estado, que o trabalho e interesses econômicos do país são mais que muito dignos da proteção e amparo a que têm direito. Pela parte que me toca, fui vencido, mas não convencido.”*³⁶

³³ Vale ressaltar que, apesar de toda a defesa do liberalismo, Mauá se resignava à uma apropriação à brasileira deste sistema, reconhecendo a impossibilidade de sua adoção plena na atual conjuntura do país. A prática ideal do câmbio livre, por exemplo, era vista pelo Visconde como o fim de todo o sonho de um desenvolvimento industrial autônomo no país.

³⁴ MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 217.

³⁵ MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 193.

³⁶ MAUÁ, *Autobiografia...*, p. 292-293.

Interligando sua trajetória pessoal com uma mais transcendente, Mauá desfechou sua autobiografia com uma palavra de esperança e outra de desafio. É o voto de um *morto*, como ele gostava de falar, em prol do progresso material da nação. A obra que, em vida, não pudera cumprir, desejava, patrioticamente, que as futuras gerações fossem capazes de concretizar. Para ser atingido, contudo, tal sonho exigiria - do seu ponto de vista - uma reformulação do Estado imperial sob o qual ele viveu. Urgia que os pósteros removessem os obstáculos que o teriam impedido de levar a cabo sua vocação. A constituição de um Estado nacional comprometido com os princípios liberais e voltado para a obra do progresso material do país era, em uma palavra apenas, primordial.

Esperança no desenvolvimento econômico nacional e anseio por reformas na estrutura estatal, eis os dois grandes desafios colocados por Mauá para as gerações futuras. Mais tarde será, justamente, pela retomada desses ideais, re-significados em um novo contexto, que a memória do visconde - memória esta, sobretudo, encerrada nas páginas dessa *Exposição aos credores*, rapidamente, analisada - emergirá com força, possibilitando a elevação de Irineu Evangelista de Souza à estatura de herói nacional.

RESUMO

O objeto deste artigo é a obra autobiográfica escrita pelo Visconde de Mauá, em 1865, no ano de sua falência. Meu objetivo é analisar a *Exposição aos credores de Mauá & Cia. e ao público*, tendo como foco o texto e o contexto de produção desta memória. Entendo que a imagem de si produzida pelo visconde, em sua autobiografia, e as estratégias usadas por ele nesta auto-representação teriam sido a via principal para permitir suas apropriações futuras.

Palavras-Chave: Visconde de Mauá; Autobiografia; Representação.

ABSTRACT

The article's object is the autobiography work written by Viscount of Mauá, in 1865, in the year of his bankruptcy. My objective is to analyze the *Exposição aos credores de Mauá & Cia e ao público*, focusing on the text and the production's context of this memory. I understand that the image of himself produced by the Viscount, in his autobiography, and the strategies used by him in this auto-representation would be a mainly way to allow his futures appropriations.

Keywords: Viscount of Mauá; Autobiography; Representation.